

Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A.

**Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais
(ITR) referente ao trimestre findo
em 31 de março de 2022**



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e aos Administradores da
Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A.
Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	846.696	749.403
1.01	Ativo Circulante	439.267	288.691
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	239.321	121.137
1.01.02	Aplicações Financeiras	55.531	21.199
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	55.531	21.199
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	55.531	21.199
1.01.03	Contas a Receber	87.889	78.653
1.01.03.01	Clientes	87.889	78.653
1.01.03.01.01	Contas a Receber	85.861	76.823
1.01.03.01.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	2.028	1.830
1.01.06	Tributos a Recuperar	19.743	18.586
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.722	3.870
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	34.061	45.246
1.01.08.03	Outros	34.061	45.246
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	33.717	44.956
1.01.08.03.04	Outros Créditos	344	290
1.02	Ativo Não Circulante	407.429	460.712
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.746	3.492
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.792	1.770
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.954	1.722
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	244	0
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e Outros	1.710	1.722
1.02.03	Imobilizado	15.148	16.419
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.843	12.750
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.305	3.669
1.02.04	Intangível	388.535	440.801
1.02.04.01	Intangíveis	388.535	440.801
1.02.04.01.02	Intangível	286.639	362.596
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	101.896	78.205

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	846.696	749.403
2.01	Passivo Circulante	551.881	526.273
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.492	8.709
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.473	1.099
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.019	7.610
2.01.02	Fornecedores	19.677	16.970
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.677	16.965
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	5
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.349	12.004
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.735	6.532
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.123	0
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	7.612	6.532
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.614	5.472
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	5.614	5.472
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	460.500	464.928
2.01.04.02	Debêntures	460.500	464.928
2.01.05	Outras Obrigações	28.863	23.662
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.819	3.308
2.01.05.02	Outros	19.044	20.354
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	11.875	11.875
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.594	1.575
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	5.575	6.904
2.02	Passivo Não Circulante	15.266	18.316
2.02.02	Outras Obrigações	45	1.770
2.02.02.02	Outros	45	1.770
2.02.02.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	45	1.770
2.02.03	Tributos Diferidos	11.077	12.593
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.077	12.593
2.02.04	Provisões	4.144	3.953
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.144	3.953
2.03	Patrimônio Líquido	279.549	204.814
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	62.409	62.409
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	34.421	34.421
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	74.735	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	292.233	236.471
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	317.497	258.564
3.01.02	Dedução da Receita Bruta	-25.264	-22.093
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-158.793	-93.873
3.02.01	Custo de Construção	-23.255	-3.201
3.02.03	Depreciação e Amortização	-85.336	-46.837
3.02.04	Custo de Outorga	-15.652	-15.068
3.02.05	Serviços	-16.935	-15.313
3.02.06	Custo com Pessoal	-11.538	-8.789
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-3.590	-2.627
3.02.08	Outros	-2.487	-2.038
3.03	Resultado Bruto	133.440	142.598
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.661	-16.107
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.669	-16.123
3.04.02.01	Serviços	-8.220	-8.310
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-361	-328
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-2.160	-2.106
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-277	-256
3.04.02.05	Água, luz, telefone, internet e gás	-725	-584
3.04.02.06	Provisão para perda esperada - Contas a receber	-20	-49
3.04.02.07	Outros	-2.906	-4.490
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9	235
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	-219
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	118.779	126.491
3.06	Resultado Financeiro	-5.780	-10.701
3.06.01	Receitas Financeiras	5.451	1.613
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.231	-12.314
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	112.999	115.790
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-38.264	-39.457
3.08.01	Corrente	-39.780	-41.646
3.08.02	Diferido	1.516	2.189
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	74.735	76.333
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	74.735	76.333
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00509	0,0052
3.99.01.02	PN	0,0056	0,00572
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,00509	0,0052
3.99.02.02	PN	0,0056	0,00572

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	74.735	76.333
4.03	Resultado Abrangente do Período	74.735	76.333

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	199.191	110.329
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	181.001	144.284
6.01.01.01	Lucro Líquido no Período	74.735	76.333
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-1.516	-2.189
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	11.239	11.238
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	80.649	42.335
6.01.01.05	Amortização do Direito de Concessão	5.048	4.830
6.01.01.06	Baixas do Ativo Imobilizado e Intangível	3	43
6.01.01.08	Atualização monetária s/ riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	145	183
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures	12.773	12.833
6.01.01.10	Capitalização de Custo de Empréstimos	-1.753	-1.564
6.01.01.14	Provisão para Perda Esperada – Contas a Receber	20	49
6.01.01.15	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	620	191
6.01.01.18	Variações Cambiais s/Fornecedores estrangeiros	-1	2
6.01.01.19	Rendimento de Aplicação Financeira	-961	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	18.190	-33.955
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-9.058	-6.273
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-198	507
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-1.398	1.799
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outros Créditos	1.106	108
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	0	19
6.01.02.07	Fornecedores	2.708	-1.504
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	6.511	-839
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58	664
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para IR e CS	41.003	39.844
6.01.02.11	Liquidação de Provisão de Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-574	-247
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	19	-66
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-1.329	-4.728
6.01.02.15	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-20.658	-63.239
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-63.806	-43.292
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-1.073	-606
6.02.02	Adições ao Ativo Intangível	-29.347	-3.637
6.02.03	Outros de Ativo Intangível	7	3.608
6.02.04	Aplicações Financeiras Líquidas de resgate	-33.371	-42.657
6.02.05	Resgates/aplicações (com reserva)	-22	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.201	-5
6.03.01	Resgates/aplicações (com reserva)	0	-5
6.03.07	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos de Juros	-17.201	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	118.184	67.032
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	121.137	46.697
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	239.321	113.729

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	62.409	0	0	204.814
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	62.409	0	0	204.814
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.735	0	74.735
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.735	0	74.735
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	62.409	74.735	0	279.549

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	104.275	0	0	246.680
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	104.275	0	0	246.680
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	76.333	0	76.333
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	76.333	0	76.333
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	104.275	76.333	0	323.013

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	319.230	260.079
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	317.497	258.564
7.01.02	Outras Receitas	1.753	1.564
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-20	-49
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-73.339	-51.285
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-22.415	-19.212
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.669	-28.872
7.02.04	Outros	-23.255	-3.201
7.02.04.01	Custo de Construção	-23.255	-3.201
7.03	Valor Adicionado Bruto	245.891	208.794
7.04	Retenções	-85.697	-47.165
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-85.697	-47.165
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	160.194	161.629
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	5.451	1.613
7.06.02	Receitas Financeiras	5.451	1.613
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	165.645	163.242
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	165.645	163.242
7.08.01	Pessoal	12.214	9.561
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.695	6.124
7.08.01.02	Benefícios	3.903	2.839
7.08.01.03	F.G.T.S.	441	414
7.08.01.04	Outros	175	184
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	65.101	63.043
7.08.02.01	Federais	50.497	50.143
7.08.02.02	Estaduais	149	137
7.08.02.03	Municipais	14.455	12.763
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.595	14.305
7.08.03.01	Juros	12.996	13.865
7.08.03.02	Aluguéis	599	440
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	74.735	76.333
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	74.735	76.333

Comentário do Desempenho

Informações Trimestrais (ITR)

Comentários Sobre o Desempenho - 1º trimestre 2022

A ViaOeste (“CCR ViaOeste” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém, direta e indiretamente, 100% do capital social da Companhia.

As informações financeiras intermediárias (ITR) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1º trimestre de 2021.

- A Receita Líquida Operacional alcançou R\$ 269,0 milhões (15,3%);
- O Lucro Líquido atingiu R\$ 74,7 milhões (-2,1%);
- O EBIT atingiu R\$ 118,8 milhões (-6,1%);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 215,7 milhões (16,7%).

Indicadores [R\$ MM]	1ºT22	1ºT21	Var. %
Receita Líquida Operacional (*)	269,0	233,3	15,3%
EBIT	118,8	126,5	-6,1%
Margem EBIT Ajustada (a)	44,2%	54,2%	-10,1 p.p
EBITDA Ajustado	215,7	184,9	16,7%
Margem EBITDA Ajustada (a)	80,2%	79,3%	0,9 p.p
Lucro Líquido	74,7	76,3	-2,1%

(*) Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos diretos.

(a) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.

Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior Veq¹

Em unid. ²	1ºT22	1ºT21	Var. %
Veículos Equivalentes	28.646.755	27.079.036	5,8%
Veículos Leves (Eq)	16.196.079	14.737.709	9,9%
Veículos Pesados (Eq)	12.450.676	12.341.327	0,9%

1 – Veq¹ - Veículos Equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

2 - Nas praças de pedágio, onde a cobrança é unidirecional, o seu volume de tráfego foi dobrado para se ajustarem àquelas que já adotam cobrança bidirecional. Esse procedimento fundamenta-se no fato de que uma cobrança unidirecional já incorpora na tarifa os custos de ida e volta.

Tráfego Consolidado (+5,8%)

O tráfego consolidado do 1T22 registrou crescimento de 5,8% sobre o 1T21, sob influência da liberação das medidas de restrição e isolamento social no Estado de São Paulo por conta da pandemia do COVID-19.

Comentário do Desempenho

Veículos de Passeio (+9,9%)

O tráfego de passeio foi fortemente afetado pelas medidas contra o COVID-19 em 2021, principalmente no mês de março/21 quando houve a segunda onda da pandemia. No 1T22 registrou crescimento de 9,9% influenciado pela liberação das medidas de restrição e isolamento social no Estado de São Paulo.

Veículos Comerciais (+0,9%)

A movimentação de veículos comerciais no 1T22 registrou leve crescimento de 0,9% sobre o mesmo período do ano anterior.

1. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita Bruta Operacional

Receita Bruta Operacional [R\$ mil]	1ºT22	1ºT21	Var.%
Receita de Pedágio	288.278	250.151	15,2%
Receitas Acessórias	4.683	4.179	12,1%
Receita de Partes Relacionadas	1.281	1.033	24,0%
Receita Bruta Operacional	294.242	255.363	15,2%
Receita Bruta de Construção [R\$ mil]	1ºT22	1ºT21	Var.%
Total	23.255	3.201	626,5%

Receita de Construção

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Concessionária deverá reconhecer a Receita e o Custo de Construção. Para a Companhia, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Os investimentos da Companhia acompanham o Cronograma acordado com o Poder Concedente. Dentre os principais investimentos do 1T22, destacamos os projetos e desapropriações referentes a duplicação da Rodovia Raposo Tavares, entre os km 46+700 ao km 89+700, bem como as obras de duplicação no segmento entre os km 86+900 ao km 89+700.

Receita Bruta Operacional

A Receita Bruta Operacional do 1T22 registrou aumento de 15,2% em relação ao 1T21, influenciada principalmente pela retomada das atividades comerciais no Estado de São Paulo por conta da ligeira melhora da pandemia do COVID-19.

A Receita Líquida Operacional é obtida a partir das deduções dos tributos sobre a Receita Operacional Bruta, isto é, do recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), de COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja representatividade corresponde a 8,65% sobre a Receita Bruta Operacional.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas

Custos e Despesas [R\$ mil]	1ºT22	1ºT21	Var.%
Custo de Construção	23.255	3.201	626,5%
Depreciação e Amortização	85.697	47.165	81,7%
Custos da Outorga	15.652	15.068	3,9%
Serviços de Terceiros	25.155	23.623	6,5%
Custo com Pessoal	13.698	10.895	25,7%
Materiais, Equipamentos e Veículos	3.867	2.883	34,1%
Outros	6.130	7.145	-14,2%
Custos e Despesas	173.454	109.980	57,7%

Os custos e despesas totalizaram R\$ 173.454 no 1T22. Os principais fatores que contribuíram para o acréscimo de 57,7% em relação a 1T21, foram:

Custo de construção: Acréscimo de 626,5% no 1T22, comparado com o 1T21. Reflexo do cronograma de investimento acordado com o Poder Concedente.

Depreciação e amortização: Somaram R\$ 85.697 no 1T22. O crescimento de 81,7% em relação ao 1T21 decorre da amortização referente a assinatura do TAM em 31 de março de 2022, com o objetivo de eliminar Passivos Jurídicos entre o Estado de São Paulo, ARTESP e CCR ViaOeste, bem como, dos investimentos realizados descritos na seção de investimentos.

Custos da outorga: Inclui a apropriação de despesas antecipadas, que atingiu R\$ 15.652 no 1T22, apresentando aumento de 3,9% em relação a 1T21 em razão do aumento na receita operacional.

Serviços de terceiros: O 1T22 totalizou R\$ 25.155, representando aumento de 6,5% em relação ao 1T21. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros.

Custo com pessoal: No 1T22 houve acréscimo de R\$ 2.803 em relação ao 1T21, representando aumento de 25,7%, reflexo principalmente do efeito do dissídio e reajustes anuais dos benefícios.

Materiais, equipamentos, veículos e outros: Neste trimestre houve leve queda de 0,3% em comparação com o 1T21.

EBITDA

Reconciliação EBITDA [R\$ MM]	1ºT22	1ºT21	Var.%
Lucro Líquido	74,7	76,3	-2,1%
(+) IR/CS	38,3	39,5	-3,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	5,8	10,7	-46,0%
(+) Depreciação e Amortização	85,7	47,2	81,7%
EBITDA (a)	204,5	173,7	17,7%
Margem EBITDA (a)	70,0%	73,4%	-3,5 p.p
(+) Despesas Antecipadas (b)	11,2	11,2	0,0%
EBITDA Ajustado	215,7	184,9	16,7%
Margem EBITDA Ajustada (c)	80,2%	79,3%	0,9 p.p

(a) Cálculo realizado segundo Instrução CVM 527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se trata de item não caixa nas demonstrações financeiras intermediárias.

Comentário do Desempenho

(c) A Margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo-se a receita de construção, dado que é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

EBIT

Reconciliação EBIT [R\$ MM]	1ºT22	1ºT21	Var.%
Lucro Líquido	74,7	76,3	-2,1%
(+) IR/CS	38,3	39,5	-3,0%
(+) Resultado Financeiro Líquido	5,8	10,7	-46,0%
EBIT (a)	118,8	126,5	-6,1%
Margem EBIT (a)	40,6%	53,5%	-12,8 p.p
Margem EBIT Ajustada (b)	44,2%	54,2%	-10,1 p.p

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) A margem EBIT ajustada foi calculada sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro Líquido [R\$ MM]	1ºT22	1ºT21	Var.%
Despesas Financeiras	-11,2	-12,3	-8,8%
Financiamentos - Juros e Var. Monet.	-11,0	-12,2	-9,6%
Taxas, Comissões e Outros	-0,2	-0,1	80,3%
Receitas Financeiras	5,5	1,6	238,1%
Rendimento sobre Aplicações Financ.	4,8	0,5	904,6%
Outras Receitas Financeiras	0,6	1,1	-46,2%
Resultado Financeiro	-5,8	-10,7	-46,0%

O Resultado Financeiro do 1T22 apresentou melhora de 46,0% em relação ao 1T21, principalmente em decorrência das receitas financeiras geradas pelo saldo de caixa maior na comparação dos períodos.

2. Investimentos

A Companhia tem investido em melhorias na segurança das rodovias do Sistema Castello-Raposo, na recuperação do pavimento em diversos trechos, no intuito de sempre oferecer aos usuários, rodovias de melhor qualidade, bem como atender aos requisitos de investimentos previstos no Contrato de Concessão.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de Acidentes [un]	1ºT22	1ºT21	Var.%
Total de Acidentes	730	705	3,5%
Total de Vítimas	451	412	9,5%

O aumento no número absoluto de acidentes e vítimas é justificado principalmente pelo retorno de tráfego às rodovias com o término da pandemia.

4. Ações de caráter ambiental, responsabilidade social e cultural

Caminhos para a Cidadania - Realizado na Companhia desde 2007, com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco os alunos do 1º ao 5º ano do ensino

Comentário do Desempenho

fundamental das redes públicas de ensino. Em 2022 as atividades são desenvolvidas de forma totalmente digital. Para os professores são realizados cursos online, com questões pertinentes ao momento pós pandemia. Para apoio aos alunos são disponibilizados no site www.caminhosparaacidania.com.br planos de aula que podem ser aplicados pelos pais com as crianças, além de jogos educativos, sugestões e séries que divertem e ensinam ao mesmo tempo.

Caminhos para a Saúde - Instalado na área de descanso, situado no km 57 da Rodovia Castello Branco - SP 280, junto ao Posto de Serviços Quinta do Marques, oferece diariamente e gratuitamente, a verificação de glicemia, colesterol e pressão arterial; acuidade visual; cálculo de IMC; consultas especializadas com enfermeiros, saúde bucal (tratamento odontológico preventivo, limpeza e restaurações), corte de cabelo e massagem bioenergética. Disponibiliza ainda aos usuários espaço com lavanderia, chuveiros, além de um amplo estacionamento para 50 carretas.

Além disso o Programa Caminhos para a Saúde está oferecendo mensalmente aos caminhoneiros o Projeto Help com apoio psicológico, por meio da Parada do Desabafo. São voluntários preparados por psicólogos para prestar suporte psicológico para os caminhoneiros em vulnerabilidade emocional como estresse, depressão, síndrome do pânico etc..

Ações Check-up dos caminhões com verificação dos principais itens de segurança do caminhão: faróis, freios, pneus, sinalização.

Paixão pelo esporte - O objetivo do projeto é dar oportunidade a crianças e adolescentes na promoção da atividade esportiva de caráter educacional. As aulas de vôlei ocorrem no contraturno escolar, em equipes mistas (masculino e feminino), com faixa etária entre 6 e 16 anos. Em Sorocaba, são dois núcleos e nas demais cidades (Mairinque, Alumínio e São Roque) o projeto é executado em uma unidade por município. São turmas de até 60 alunos por núcleo, o que totaliza 300 jovens envolvidos com o projeto na região. Para participar, é necessário estar matriculado na rede de ensino público.

5. Considerações Finais

As informações financeiras intermediárias (ITR) da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

6. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as informações financeiras intermediárias relativas ao período de três meses findos em 31 de março de 2022.

Barueri, 12 de maio de 2022.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2022

Os saldos apresentados em Reais nesta ITR foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço das rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), nos termos do Contrato de Concessão CR/003/1998, celebrado com a ARTESP.

A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 30 de março de 1998. A tarifa de pedágio aplicável é especificada no Contrato de Concessão e está sujeita a um reajuste anual, em julho, com base nas fórmulas de reajuste estipuladas.

- **Termo Aditivo e Modificativo Coletivo nº 01/2022 (Acordo Definitivo)**

Em 31 de março de 2022, foi celebrado o Acordo Definitivo entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente” e, se em conjunto com as Concessionárias, “Partes”), com a interveniência e anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), conforme extrato publicado no Diário Oficial do Estado, nos termos da Lei n.º 8.666/1993.

Observando-se os termos e condições previstas no Termo Aditivo e Modificativo Preliminar Coletivo nº 01/2021, que foi celebrado no dia 29 de junho de 2021, o Acordo Definitivo teve o objetivo de (i) estabelecer os valores finais, apurados a partir dos cálculos realizados pela ARTESP, de cada um dos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos objeto do Acordo Definitivo, reconhecidos de forma irrevogável e irreatável no Acordo Preliminar; (ii) disciplinar as responsabilidades das partes e da ARTESP quanto às medidas necessárias para o encerramento das ações judiciais objeto do Acordo Definitivo; (iii) estabelecer que a Companhia assumirá a execução de novos investimentos.

Com a assinatura do Acordo Definitivo, as Partes outorgaram quitações recíprocas com relação a quaisquer litígios, presentes ou futuros, que tenham por objeto os eventos de desequilíbrio econômico-financeiro efetivamente reequilibrados pelo Acordo Preliminar e pelo Acordo Definitivo.

- **Termo Aditivo Modificativo nº 25**

Em 31 de março de 2022, foi celebrado Termo Aditivo e Modificativo nº 25/2022 ao contrato de concessão, entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (Poder Concedente), com a interveniência e anuência da Artesp, onde a concessionária assumiu a execução de novos investimentos referentes ao Novo Acesso ao Município de Osasco e às Obras das Marginais da Rodovia SP-280, entre os kms 23 e 32, sendo que a concessionária foi reequilibrada financeiramente por meio da prorrogação do término da concessão em 380 dias, passando para 13 de fevereiro de 2024.

Notas Explicativas

1.1. Processo de investigação

Neste trimestre não ocorreram mudanças no tema relacionado ao Termo de Autocomposição, quando comparados a 31 de dezembro de 2021, uma vez que foram integralmente cumpridos.

1.2. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

i. Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

O Estado de São Paulo e a Companhia discutem, em diferentes ações judiciais, a validade, ou não, do Termo Aditivo Modificativo nº 14/06 (“TAM”), tendo em vista a manifestação administrativa no sentido da invalidade do referido TAM no que este adotou dados relativos às projeções financeiras da época da celebração do contrato de concessão para implementar reequilíbrio econômico-financeiro.

Em 14 de julho de 2021, devido ao acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora em 29 de junho de 2021, a Companhia requereu a desistência da totalidade dos recursos vinculados à ação. Aguarda-se a homologação das renúncias e encerramento dos processos judiciais. Em 18 de agosto de 2021, foi homologada a desistência dos recursos.

Em 07 de fevereiro de 2022, foi publicada decisão que determinou que o Estado de São Paulo procedesse ao levantamento dos valores depositados pela Companhia. Aguarda-se o levantamento do valor pelo Estado e o arquivamento definitivo dos autos do cumprimento provisório de sentença.

ii. Reajuste Tarifário de 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela Companhia, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Companhia. Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação.

Em 18 de agosto de 2021, foi deferido o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 6 meses, com término em 13 de fevereiro de 2022.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 08 de abril de 2022 a desistência do recurso.

iii. Reajuste Tarifário de 2014

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos em 2014, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela Companhia, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Companhia. Em face do Acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação.

Notas Explicativas

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 08 de abril de 2022 a desistência do recurso.

iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor da Companhia, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pela Companhia e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M.

Ante a demora da ARTESP na instauração do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Companhia ajuizou a ação de Procedimento Ordinário nº 1016978-80.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Controladora em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da Companhia.

Em face do acordo, a Companhia requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação o que foi deferido em 15 de setembro de 2021, pelo prazo de 6 meses, com término em 15 de março de 2022.

Em razão da formalização do acordo definitivo com o Estado de São Paulo ocorrida em 31 de março de 2022, a Companhia requereu no dia 08 de abril de 2022 a desistência da ação. Aguarda-se a manifestação do Estado de São Paulo.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As informações financeiras intermediárias da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até o presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

2. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, exceto pelas mudanças de políticas conforme descrito abaixo, que descreve sobre a contabilização de transações relacionadas a desequilíbrios econômicos entre concessionária e Poder Concedente favoráveis à Companhia.

Política contábil anteriormente a 1º de janeiro de 2022

A Companhia não reconhecia em suas demonstrações financeiras ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, para os quais não existem obrigações de performance associadas junto ao Poder Concedente, sendo apenas alterada a estimativa contábil da amortização do intangível existente considerando o novo prazo de extensão.

Notas Explicativas

Política contábil após 1º de janeiro de 2022

A Companhia passou a reconhecer contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente de acordo com as características mencionadas acima, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado, considerando que não existe nenhuma obrigação de performance associada. Embora essa política contábil tenha sido alterada, não houve transações dessa natureza na Companhia durante o primeiro trimestre de 2022.

Os efeitos decorrentes desta nova prática foram avaliados em transações similares anteriormente realizadas entre a Companhia e o Poder Concedente e não houve necessidade de ajuste retrospectivo, pois seus efeitos não foram considerados relevantes para as demonstrações financeiras.

3. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei nº 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 12 de maio de 2022, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

Neste trimestre, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 112.614 substancialmente composto por debêntures, detalhado na nota explicativa nº 13.

Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro do acionista controlador final, CCR S.A..

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras****Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	4.316	4.831
Fundos de investimentos	<u>235.005</u>	<u>116.306</u>
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>239.321</u></u>	<u><u>121.137</u></u>

Aplicações financeiras

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>55.531</u>	<u>21.199</u>
Total - Circulante	<u>55.531</u>	<u>21.199</u>
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (a)	<u>1.792</u>	<u>1.770</u>
Total - Não Circulante	<u><u>1.792</u></u>	<u><u>1.770</u></u>
Total - Aplicações financeiras	<u><u>57.323</u></u>	<u><u>22.969</u></u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,52% do CDI, equivalente a 2,41% a.a., em 31 de março de 2022 (99,41% do CDI, equivalente a 4,37% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

(a) Refere-se a conta reserva para compensação ambiental na obra de duplicação da rodovia Raposo Tavares.

7. Contas a receber

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico (a)	84.946	75.893
Receitas acessórias (b)	<u>1.107</u>	<u>1.102</u>
	86.053	76.995
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(192)</u>	<u>(172)</u>
	<u><u>85.861</u></u>	<u><u>76.823</u></u>

Notas Explicativas**Idade de Vencimento dos Títulos**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Créditos a vencer	85.831	76.764
Créditos vencidos até 60 dias	21	51
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	9	8
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	32	21
Créditos vencidos há mais de 180 dias	160	151
	<u>86.053</u>	<u>76.995</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	112.999	115.790
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(38.420)	(39.369)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(438)	(113)
Incentivo relativo ao imposto de renda	587	17
Remuneração variável de dirigentes estatutários	-	2
Outros ajustes tributários	7	6
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(38.264)</u>	<u>(39.457)</u>
Impostos correntes	(39.780)	(41.646)
Impostos diferidos	1.516	2.189
	<u>(38.264)</u>	<u>(39.457)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,86%</u>	<u>34,08%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	31/03/2022				
	31/12/2021	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.123	(841)	282	282	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	59	6	65	65	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	1.344	65	1.409	1.409	-
Diferenças temporárias (b)	(1.616)	404	(1.212)	-	(1.212)
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(4.330)	1.083	(3.247)	-	(3.247)
Provisão para perda de investimentos	12	-	12	12	-
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	657	195	852	852	-
Provisão fornecedores	69	(21)	48	48	-
Ajuste do valor presente	(400)	86	(314)	391	(705)
Capitalização de juros	(9.102)	422	(8.680)	-	(8.680)
Custo de transação de debêntures	(454)	113	(341)	-	(341)
Outros	45	4	49	49	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(12.593)	1.516	(11.077)	3.108	(14.185)
Compensação de imposto	-	-	-	(3.108)	3.108
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(12.593)	1.516	(11.077)	-	(11.077)

	31/03/2021				
	31/12/2020	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	177	58	235	235	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	43	17	60	60	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciário	1.671	44	1.715	1.715	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(23.724)	2.024	(21.700)	12.722	(34.422)
Outros	328	46	374	374	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	(21.505)	2.189	(19.316)	15.106	(34.422)
Compensação de imposto	-	-	-	(15.106)	15.106
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(21.505)	2.189	(19.316)	-	(19.316)

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados; e

(b) Saldo de diferenças temporárias refere-se principalmente a amortização de ágio.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (a)		Extensão do prazo da concessão (b)		Total	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	2.473	3.297	31.244	41.659	33.717	44.956

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2022, foram apropriadas ao resultado o montante de R\$ 11.239 (R\$ 11.239 no mesmo período de 2021).

(a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão original; e

(b) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi

Notas Explicativas

ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	31/03/2022			31/03/2022	
	Despesas / custos com serviços	Receitas brutas	Repasse de custos e despesas de	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora indireta					
CCR	9.993 (a)	-	58 (c)	266 (c)	9.717 (a)
Outras partes relacionadas					
Via Lagos	65 (f)	65 (g)	-	-	-
Rodonorte	-	-	-	-	3 (c)
CPC	-	-	-	48 (c)	-
AutoBAN	5 (c)	-	127 (c)	192 (c)	24 (c)
Samm	102 (e)	1.216 (b)	-	1.457 (b)	34 (c)
RodoAnel Oeste	-	-	14 (c)	46 (c)	12 (c)
SPVias	-	-	4 (c)	15 (c)	29 (c)
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	-	-	-	4 (c)	-
Total	10.165	1.281	203	2.028	9.819

	Transações		Saldos	
	31/03/2021		31/12/2021	
	Receitas	Despesas / custos com serviços prestados	Ativo Contas a receber	Passivo Fornecedores e contas a pagar
Controladora indireta				
CCR	-	3.514 (a)	-	3.126 (a)
Outras partes relacionadas				
Nova Dutra	-	-	59 (c)	6 (c)
RDN	-	-	-	9 (c)
ViaQuatro	-	-	2 (c)	6 (c)
CPC	-	6.479 (d)	11 (c)	-
AutoBAN	-	-	41 (c)	26 (c)
Samm	1.033 (b)	75 (e)	1.681 (b)	34 (c)
RodoAnel Oeste	-	-	7 (c)	30 (c)
SPVias	-	-	11 (c)	39 (c)
ViaMobilidade	-	-	3 (c)	-
Via Sul	-	-	2 (c)	-
Via Mobilidade - Linhas 8 e 9	-	-	13 (c)	32 (c)
Total	1.033	10.068	1.830	3.308

Despesas com profissionais chave da Administração

	31/03/2022	31/03/2021
Remuneração (h):		
Outros benefícios - remuneração variável:		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	-	313
	-	313

Notas Explicativas

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Remuneração dos administradores (h)	-	1.319

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para a seguridade social.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos da parte relacionada Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. – (AutoBAn).

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, executada pela CCR – GBS (*Global Business Services*), cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento está sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (c) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- (d) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (e) Prestação de serviços de transmissão de dados, cujos valores são liquidados todo dia 20 do mês seguinte ao do faturamento;
- (f) Refere-se a compra de material de consumos médicos;
- (g) Refere-se a doações; e
- (h) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Notas Explicativas

11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2021		31/03/2022			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		4.197	-	-	12	-	4.209
Máquinas e equipamentos		32.299	-	(4)	544	-	32.839
Veículos		11.520	-	-	-	-	11.520
Instalações e edificações		401	-	-	-	-	401
Terrenos		4.722	-	-	-	-	4.722
Equipamentos operacionais		84.794	-	-	1.033	(3)	85.824
Imobilizado em andamento		3.669	1.128	(1)	(1.491)	-	3.305
Total custo		141.602	1.128	(5)	98	(3)	142.820
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	21	(3.952)	(71)	-	-	-	(4.023)
Máquinas e equipamentos	26	(30.125)	(704)	2	-	-	(30.827)
Veículos	37	(9.807)	(506)	-	-	-	(10.313)
Instalações e edificações	50	(396)	(1)	-	-	-	(397)
Equipamentos operacionais	34	(80.903)	(1.209)	-	-	-	(82.112)
Total depreciação		(125.183)	(2.491)	2	-	-	(127.672)
Total geral		16.419	(1.363)	(3)	98	(3)	15.148

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2020		31/12/2021			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		4.250	-	(94)	41	-	4.197
Máquinas e equipamentos		32.243	-	(595)	651	-	32.299
Veículos		12.034	-	(876)	362	-	11.520
Instalações e edificações		401	-	-	-	-	401
Terrenos		4.722	-	-	-	-	4.722
Equipamentos operacionais		82.502	-	(4)	2.301	(5)	84.794
Imobilizado em andamento		2.921	3.474	(12)	(2.714)	-	3.669
Total custo		139.073	3.474	(1.581)	641	(5)	141.602
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	20	(3.772)	(263)	83	-	-	(3.952)
Máquinas e equipamentos	23	(27.908)	(2.770)	553	-	-	(30.125)
Veículos	36	(8.712)	(1.951)	856	-	-	(9.807)
Instalações e edificações	50	(385)	(11)	-	-	-	(396)
Equipamentos operacionais	33	(76.594)	(4.313)	4	-	-	(80.903)
Total depreciação		(117.371)	(9.308)	1.496	-	-	(125.183)
Total geral		21.702	(5.834)	(85)	641	(5)	16.419

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível; e

(b) No decorrer dos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 o valor refere-se a crédito de IRRF.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 55 no trimestre findo em 31 de março de 2022 (R\$ 124 no trimestre findo em 31 de março de 2021). As taxas médias de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 foram respectivamente de 0,58% a.m. e de 0,47% a.m., respectivamente (custo de debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures).

Notas Explicativas

12. Intangível e infraestrutura em construção

Taxa média anual	31/12/2021		31/03/2022			
	de amortização %	Saldo inicial	Adições	Transfêrências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
		2.151.890	-	7.109	(7)	2.158.992
		15.402	-	4	-	15.406
		4.136	245	(102)	-	4.279
		1.353	-	-	-	1.353
		251.709	-	-	-	251.709
		<u>2.424.490</u>	<u>245</u>	<u>7.011</u>	<u>(7)</u>	<u>2.431.739</u>
Valor de amortização						
	(*)	(1.816.394)	(77.933)	-	-	(1.894.327)
	44	(14.468)	(225)	-	-	(14.693)
		(1.353)	-	-	-	(1.353)
	(*)	(229.679)	(5.048)	-	-	(234.727)
		<u>(2.061.894)</u>	<u>(83.206)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.145.100)</u>
		<u>362.596</u>	<u>(82.961)</u>	<u>7.011</u>	<u>(7)</u>	<u>286.639</u>
		<u>78.205</u>	<u>30.800 (e)</u>	<u>(7.109)</u>	<u>-</u>	<u>101.896</u>

Taxa média anual	31/12/2020		31/12/2021				
	de amortização %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transfêrências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
		1.539.417	581.392 (d)	-	31.406	(325)	2.151.890
		15.065	-	-	349	(12)	15.402
		3.328	1.859	(61)	(990)	-	4.136
		1.353	-	-	-	-	1.353
		251.709	-	-	-	-	251.709
		<u>1.810.872</u>	<u>583.251</u>	<u>(61)</u>	<u>30.765</u>	<u>(337)</u>	<u>2.424.490</u>
Valor de amortização							
	(*)	(1.185.821)	(630.573) (d)	-	-	-	(1.816.394)
	43	(13.779)	(689)	-	-	-	(14.468)
	-	(1.353)	-	-	-	-	(1.353)
	(*)	(208.604)	(21.075)	-	-	-	(229.679)
		<u>(1.409.557)</u>	<u>(652.337)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.061.894)</u>
		<u>401.315</u>	<u>(69.086)</u>	<u>(61)</u>	<u>30.765</u>	<u>(337)</u>	<u>362.596</u>
		<u>34.298</u>	<u>75.329 (e)</u>	<u>-</u>	<u>(31.406)</u>	<u>(16)</u>	<u>78.205</u>

- (*) Amortização pela curva de benefício econômico;
- (a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível;
- (b) Direito da Concessão gerado na aquisição de negócios: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005;
- (c) Nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 o valor refere-se a desapropriações;
- (d) Refere-se ao pagamento de R\$ 585.000 previsto do Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1, firmado em 29 de junho de 2021, entre a Companhia e o Poder Concedente. Este valor tem sua amortização calculada, considerando a curva de benefício econômico, a partir do início do prazo estendido da concessão definidos nos TAMs de 2006 e subsequentes, até o prazo atual de término da concessão. Tendo em vista que parte destes prazos já transcorreu, o saldo da amortização correspondente, no montante de R\$ 385.022, foi apropriado ao resultado na mesma data de ativação, enquanto a parcela remanescente de R\$ 199.978 (na data de ativação), será amortizada até o prazo final da concessão. Para maiores informações vide nota explicativa nº 1.1 – Acordo preliminar; e
- (e) Das obras que compõe a infraestrutura em construção, destacam-se as medições de estudos para inclusão das obras da Marginal SP-280 Castelo Branco, denominadas Marginal km 23+020 a 25+700 ML e MO e Implantação de Novo Acesso a Osasco, obras que foram objeto de inclusão contratual via assinatura do Termo Aditivo Modificativo Nº 25/2022. Além disso, damos destaque às obras previstas em contrato de duplicação da SP-270 Raposo Tavares do km 67+000

Notas Explicativas

ao km 87+200 e Contorno Alternativo de Brigadeiro Tobias, bem como as obras do Dispositivo do Sertanejo e Hospital de Sorocaba, incluídas via Termo Aditivo Modificativo de N° 23/2021 e 24/2021, respectivamente.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.698 no trimestre findo em 31 de março de 2022 (R\$ 1.440 no trimestre findo em 31 de março de 2021). As taxas média de capitalização nos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 foram respectivamente de 0,58% a.m. e de 0,47% a.m., (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures).

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva	Custos de	Saldo dos	Vencimento final	31/03/2022	31/12/2021
		do custo de	transação	custos a			
		transação	incorridos	apropriar em			
		(% a.a.)	(a)	31/03/2022			
8ª Emissão - Série única	CDI + 1,35% a.a.	1,6496%	1.878	1.008	Dezembro de 2022	460.500	464.928 (b)
Total geral				1.008		<u>460.500</u>	<u>464.928</u>
Circulante							
Debêntures						461.508	466.261
Custo de transação						(1.008)	(1.333)
						<u>460.500</u>	<u>464.928</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

Garantias:

- (b) Aval / fiança corporativa da controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária direta/indireta não remunerado.

Neste trimestre findo em 31 de março de 2022, ocorreu o pagamento de juros no valor de R\$ 17.201 conforme as cláusulas do contrato. Não ocorreram pagamentos de principal. Para maiores detalhes sobre as debêntures, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente. Não há quebra de covenants relacionados as debêntures.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2021</u>			<u>31/03/2022</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Atualização de bases processuais e monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Saldo final</u>
Não circulante						
Cíveis e administrativos	1.986	543	-	97	(540)	2.086
Trabalhistas e previdenciários	1.967	90	(13)	48	(34)	2.058
	<u>3.953</u>	<u>633</u>	<u>(13)</u>	<u>145</u>	<u>(574)</u>	<u>4.144</u>

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cíveis e administrativos	76	1.452
Trabalhistas	<u>1.109</u>	<u>3.215</u>
	<u>1.185</u>	<u>4.667</u>

A Companhia efetua depósitos judiciais para os processos em andamento e neste trimestre findo em 31 de março de 2022 não ocorreram contratações fianças judiciais (não ocorreram contratações fianças judiciais em 31 de dezembro de 2021).

15. Patrimônio Líquido**a. Lucro por ação básico e diluído**

A Companhia possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	74.735	76.333
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,00509	0,00520
Lucro por ação preferencial - básico e diluído - (a)	0,00560	0,00572

(a) Para as ações preferenciais da Companhia é assegurado o recebimento de dividendos, em 10% maior que às ações ordinárias.

Notas Explicativas

16. Receitas operacionais

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Receitas de pedágio	288.278	250.151
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	23.255	3.201
Receitas acessórias	4.683	4.179
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	1.281	1.033
Receita bruta	<u>317.497</u>	<u>258.564</u>
Impostos sobre receitas	(25.177)	(22.093)
Devoluções de abatimento	(87)	-
Deduções da receita bruta	<u>(25.264)</u>	<u>(22.093)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>292.233</u></u>	<u><u>236.471</u></u>

17. Resultado financeiro

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(12.773)	(5.075)
Capitalização de custos sobre debêntures	1.753	1.564
Variação monetária sobre debêntures	-	(8.683)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	-	(3)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(211)	(117)
	<u>(11.231)</u>	<u>(12.314)</u>
Receitas financeiras		
Variação monetária sobre debêntures	-	925
Rendimento sobre aplicações financeiras	4.842	482
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	1
Juros e outras receitas financeiras	608	205
	<u>5.451</u>	<u>1.613</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(5.780)</u></u>	<u><u>(10.701)</u></u>

18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2022			31/12/2021		
	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	4.316	-	-	4.831	-	-
Aplicações financeiras	290.536	-	-	137.505	-	-
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	1.792	-	-	1.770	-	-
Contas a receber	-	85.861	-	-	76.823	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	2.028	-	-	1.830	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(460.500)	-	-	(464.928)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(25.252)	-	-	(23.874)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	(11.875)	-	-	(11.875)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(9.819)	-	-	(3.308)
Obrigações com o poder concedente	-	-	(1.594)	-	-	(1.575)
	<u>296.644</u>	<u>87.889</u>	<u>(509.040)</u>	<u>144.106</u>	<u>78.653</u>	<u>(505.560)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas - conta reserva**
Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das informações financeiras intermediárias, que corresponde ao seu valor justo (nível 2).
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas, dividendos e juros sobre capital próprio** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Obrigações com o poder concedente** - Consideram-se os valores contábeis desse instrumento financeiro equivalentes aos valores justos, por se tratar de instrumento financeiro com característica exclusiva, oriundos de fontes de financiamentos específicos.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2022		31/12/2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	461.508	465.980	466.261	472.130

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	292.328	139.275

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽³⁾⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 8ª Emissão - série única	CDI ⁽²⁾	Dezembro de 2022	461.508	(44.831)	(54.705)	(64.517)
Aplicação financeira (Menkar II) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		290.536	33.539	41.918	50.296
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(11.292)</u>	<u>(12.787)</u>	<u>(14.221)</u>
A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾ :						
	CDI ⁽²⁾			11,65%	14,56%	17,47%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/03/2022, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/03/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); e

Notas Explicativas

- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

19. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga Variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 4.394 referente ao direito de outorga variável (R\$ 3.896 no trimestre findo em 31 de março de 2021).

b. Compromissos relativos à concessão

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário da Companhia. Em 31 de março de 2022 esses compromissos estavam estimados em R\$ 1.794.288 (R\$ 893.126 em 31 de dezembro de 2021). O aumento do valor deve-se principalmente à celebração do TAM nº 25, em 31 de março de 2022. Para melhores informações vide nota explicativa nº 1 - Contexto operacional.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no trimestre findo em 31 de março de 2022. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Impostos a recuperar	3	17
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>3</u>	<u>17</u>
Outros de imobilizado	(3)	(17)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(3)</u>	<u>(17)</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de recursos.

Notas Explicativas**c. Reconciliação das atividades de financiamento**

	<u>Debêntures</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(464.928)	(464.928)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento de juros	17.201	17.201
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	<u>17.201</u>	<u>17.201</u>
Outras variações		
Despesas com juros, variação monetária	(12.773)	(12.773)
Total das outras variações	<u>(12.773)</u>	<u>(12.773)</u>
Saldo Final	<u>(460.500)</u>	<u>(460.500)</u>

* * *

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Fábio Russo Corrêa
Waldo Edwin Pérez Leskovar
Marcio Yassuhiro Iha

Presidente
Vice - Presidente
Conselheiro

Composição da Diretoria

José Salim Kallab Fraiha
Rogério Cezar Bahú

Diretor Presidente DRI
Diretor de Engenharia e Operações

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0